

Documentação

Fonte: DOU (171-E), SJ

Data: 05/09/2001 Pg 7-10

Class.: TCDD0141

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 4 de setembro de 2001

Assunto: Processo FUNAI/BSB/2527/99. Referência: Terra Indígena SÃO FRANCISCO DO CANIMARI. Interessado: Grupo Indígena Tikuna. EMENTA: Aprova o relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena em que se refere, com fulcro no Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996. Nº 89 - O PRESIDENTE SUBSTITUTO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, tendo em vista o que consta no Processo FUNAI/BSB/2527/99, e considerando o Resumo do Relatório de Identificação, de autoria dos antropólogos NORALDINO VIEIRA CRUVINEL e FÁBIO VAZ RIBEIRO DE ALMEIDA, que acolhe, face as razões e justificativas apresentadas, decide:

1. Aprovar as conclusões objeto do citado resumo para afinal, reconhecer os estudos de identificação da Terra Indígena SÃO FRANCISCO DO CANIMARI de ocupação do respectivo grupo tribal Tikuna, com superfície e perímetro aprovados de 3.033 hectares e 34 km respectivamente, localizada no município de Amaturá, Estado do Amazonas.

2. Determinar a publicação no Diário Oficial da União e Diário Oficial do Estado do Amazonas, do Resumo do Relatório Circunstanciado, Memorial Descritivo, Mapa e Despacho, na conformidade do § 7º do art. 2º do Decreto nº 1.775/96.

3. Determinar que a publicação referida no item acima, seja afixada na sede da Prefeitura Municipal da situação do imóvel.

ARTUR NOBRE MENDES

RESUMO DO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA SÃO FRANCISCO DO CANIMARI

Referência: Processo FUNAI/BSB/2.527/99. Terra Indígena: São Francisco do Canimari. Superfície aproximada: 3.033 ha. Perímetro aproximado: 34 km. Localização: Município de Amaturá, no Estado do Amazonas. Sociedade Indígena: Tikuna. Família Linguística: Tikuna. População: 80 habitantes (1999). Identificação e Delimitação: Grupo Técnico instituído pela Portaria nº 579/PRES, de 09 de julho de 1998, alterado pelas portarias nº 639/PRES/98 e nº 1.102/PRES/99, coordenado pelo antropólogo Noraldino Vieira Cruvinel, tendo como colaborador Fábio Vaz Ribeiro de Almeida, mestre em sociologia rural, mestre em sociologia rural.

1 PARTE - DADOS GERAIS

A Terra Indígena (TI) São Francisco do Canimari é composta por duas glebas. A Gleba "1", com superfície aproximada de 1.603 ha, localizada na margem esquerda do Paraná do São Cristóvão e na margem direita do calha principal do rio Solimões, compreende parte da ilha Amatachiro, que é totalmente inundável em parte do ano. A Gleba "2", com superfície aproximada de 1.430 ha, situa-se na margem direita do Paraná do São Cristóvão, estando toda ela em local de terra firme. A única aldeia dessa terra tem o mesmo nome da área: Aldeia São Francisco do Canimari. Ela está situada na margem direita do Paraná do São Cristóvão, na Gleba 2, distando cerca de 20 Km à

montante da cidade de Amaturá. O acesso a ela tem como referência o alto Paraná do São Cristóvão e a ilha Amatachiro.

O processo de regularização das terras indígenas Ticuna iniciou-se em 1978 e basicamente terminou em 1993. Algumas áreas de ocupação tradicional do grupo, no entanto, ficaram ainda pendentes. É o caso da TI. São Francisco do Canimari, para a qual, ainda em 1993, foi constituído um grupo técnico (GT) para os trabalhos de sua identificação e delimitação. No entanto, os técnicos nomeados pela Portaria nº 1.133/PRES, de 11/11/93, não apresentaram o relatório de identificação e delimitação da mesma. Em 1998, foi instituído pela Portaria no 579/PRES/98 - DOU de 12/06/1998 - GT com o objetivo de proceder novos estudos e levantamentos para a identificação e delimitação da área, o qual foi alterado pelas Portarias nº 639/PRES/98 - DOU de 22/06/1998 - e nº 1.102/PRES/99 - DOU de 08/12/99, que contou com a participação de técnicos da FUNAI, do IFAM e da Universidade do Amazonas. A participação do grupo indígena interessado se deu através de reuniões realizadas pelos técnicos do GT com a comunidade e de lideranças que acompanharam todos os levantamentos em campo.

Os Ticuna constituem-se no grupo étnico de maior expressão populacional do território nacional. As estimativas mais conservadoras indicam uma população de aproximadamente 26 mil habitantes, isso sem considerar os que vivem em território colombiano e no Peru. Segundo informações do Conselho Geral das Tribos Ticuna - CGTT, relativas ao ano de 1998 - às quais se acresceu a atualização para 1999/00 da população das TIs. Maraitá, Matintim, São Francisco do Canimari, Nova Esperança do Jandiatuba e Lauro Sodré - a população Ticuna em território nacional somava cerca de 31.813 pessoas. Esta população, conforme demonstram parcialmente os dados do CGTT, está espalhada por uma vasta área da Amazônia Brasileira, que inclui desde o alto Solimões até o município de Beruri (próximo a Manaus), passando pelo médio curso deste mesmo rio, estando presente nos seguintes municípios: Alvarães, Amaturá, Anamá, Benjamin Constant, Beruri, Jutaf, Santo Antônio do Itá, São Paulo de Olivença, Tabatinga, Tefé e Uarini. Para Curt Nimuendajú, etnólogo alemão autor do primeiro estudo sistemático sobre esta etnia, em uma publicação que resultou de viagens a campo em 1941 e 1942, identificou como seu território tradicional as áreas de terra firme na margem esquerda do Solimões, entre as longitudes de 71° 15' (Ilha Peruaté) e 68° 40' W. (Nimuendajú, Curt. The Tükuna. Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1952: 209). Foi do centro desta área, ou seja, do igarapé conhecido como Èvare que, segundo o mito Ticuna de criação do mundo, partiram em direção ao oeste e ao leste, configurando a atual dispersão geográfica.

A língua Ticuna, valorizada e de uso generalizado pelo grupo, é classificada pelos especialistas como uma língua isolada; não encontrando filiações com outras línguas conhecidas.

1.1 - Histórico

Segundo Nimuendajú, os Ticuna são citados na história da região amazônica pela primeira vez como inimigos dos Omágua e moradores da margem esquerda do Solimões. Esses Ticuna viviam em terra firme, cortada por inúmeros igarapés. Em 1645, instala-se na região do alto rio Solimões uma missão jesuítica espanhola que inicia a catequização dos Omágua. Epidemias de varíola e outras doenças trazidas pelos colonizadores, assim como a guerra entre os portugueses e os espanhóis pelo controle do território, fizeram com que os Omágua, moradores das margens e ilhas do alto Solimões, fossem praticamente dizimados. O estabelecimento de um forte português em 1766, na localidade de Tabatinga - então denominada "São Francisco Xavier de Tabatinga" (Reis, Arthur César Ferreira. História do Amazonas. Manaus, 1989:133) garantiu a Portugal o controle definitivo daquela área. Com o tempo, os Ticuna, moradores da terra firme, se instalaram nas margens antes habitadas pelos Omágua. Segundo Roberto Cardoso, "A terceira invasão, a dos caucheiros, é que deve ter desalojado o grosso da população Tükuna das terras altas engajando-a num sistema de trabalho que marcaria o seu destino" (Oliveira, Roberto Cardoso de. O Índio e o Mundo dos Brancos. Editora Unb. Brasília, 1981: fl. 42).

Especificamente quanto à ocupação da região de Amaturá, na qual se localiza a TI. São Francisco do Canimari, temos, segundo escritos de Avé-Lallemant, relativos à sua viagem ao Rio Amazonas em Avé-Lallemant, relativos a sua viagem ao rio Amazonas em 1858, que a ocupação Ticuna da região já era intensa e, pelo que se deduz desses escritos, os Ticuna ocupavam-na quase que com exclusividade. Em um dos trechos de seu trabalho, assim relata: "À tarde (do dia 23/07/1858) presenciamos ainda curiosas cenas da vida índia. Passamos pela maloca de Amaturá, uma colônia de índios ticunas. Já antes deparáramos algumas cabanas escondidas na floresta, porquanto os ticuna amam sobretudo as matas. Os seus habitantes espreitavam-nos curiosos, escondiam-se, quando percebiam que os tínhamos visto" (Avé-Lallemant, Robert. No Rio Amazonas (1959). 1980: 173/4).

Nas duas últimas décadas do século XIX, com a exploração da borracha, a Amazônia se tornou palco de uma intensa exploração do trabalho do seringueiro. O alto Solimões, apesar de não contar com seringais tão produtivos quanto os do Acre, por exemplo, também não ficou de fora da corrida pelo ouro branco da borracha. A empresa seringalista operava, entretanto, segundo um modelo diverso daquele vigente nas principais áreas extratoras. As principais especificidades estão na menor produção de borracha e na existência também de uma produção de subsistência. Tudo articulado através da instituição do sistema de barracão, que tornava compulsória a comercialização de todos os moradores de uma determinada área por intermédio do armazém do patrão daquela determinada área. A legitimidade desta empresa era dada por títulos de propriedade conseguidos por poucas famílias, vindas em sua maioria do nordeste, e incidiam sobre a terra dos Ticuna, passando estes a dever obediência

aos recém-chegados. Os patrões instalaram-se na boca dos principais igarapés, controlando assim os moradores dali. Para reforçar este controle, o patrão ainda nomeava um tuxaua que exerceria a liderança entre os índios, cuidando dos seus interesses. Esta liderança, no entanto, nem sempre se baseava em relações tradicionais, mas na subserviência do tuxaua aos patrões seringalistas. Segundo João Pacheco, a atividade produtiva dos Ticuna dividia-se, então, entre a extração da borracha e uma agricultura de subsistência, sendo qualquer excedente apropriado pelo patrão. Através de um esquema de servidão por dívidas, o índio não estava livre para sair daquele seringal caso não estivesse satisfeito com seu patrão. Sua dívida era, na verdade, impagável e sua saída do local praticamente impossível (Oliveira Filho, João Pacheco. "O Nosso Governo": os Ticuna e o regime tutelar. São Paulo, Marco Zero, 1988: 77-8).

Em 1910, ainda segundo Curt Nimuendajú, em seu trabalho já citado, uma nova agência de contato se faz presente no alto Solimões. Nesta época, os capuchinhos vindos da província da Úmbria, na Itália, instalam a Prefeitura Apostólica do Alto Solimões e iniciam seus trabalhos decatequesc. A região amazônica está, ainda, no auge da produção e comercialização da borracha, que representa, então, cerca de 40% das exportações brasileiras, segundo registra João Pacheco (Oliveira Filho, 1977, já citado: 31). A região amazônica está, ainda, no auge da produção e da comercialização da borracha, que representa, então, 40% das exportações brasileiras, segundo registra João Pacheco (Oliveira Filho, 1977, já citado: 31). A presença do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), nessa situação de domínio dos seringalistas era, a partir de 1917, meramente formal e formal, ou seja, quase que restrita a relatórios de um seu delegado, delegado desta repartição. É somente em 1942 que esse órgão da administração federal vai criar o primeiro posto indígena no alto Solimões, no local denominado Umariacu - hoje TI. Umariacu - e iniciar a disseminação dos ideais rondonianos de valorização dos índios, o que contrariaria a muitos. Segundo Roberto Cardoso, empregados, comerciantes e outros especuladores de toda sorte passaram a ver o SPI como "(...) um constante impedimento ao 'desenvolvimento econômico regional'" (Oliveira, Roberto Cardoso de. Já citado: 102).

Uma nova situação histórica começa a se delinear em meados da década de 1960, com a Amazônia e sua faixa de fronteira tendo se transformado em área de segurança nacional para o Exército Brasileiro. A antiga guarnição militar de Tabatinga cresce em tamanho e importância, transformando-se no Comando de Fronteira do Solimões (CFSOL), que passa a contar com mais autoridade para intervir localmente. Isso faz com que a relação entre patrões e índios seja profundamente alterada. Sem a possibilidade da coerção por castigos físicos - coibida pelo exército - os patrões tiveram que descobrir, e descobriram no Movimento da Santa Cruz, outros modos de fazer valer seu controle sobre a população indígena. Conforme relata Oliveira Filho, "em 1971 uma intensa movimentação de cunho messiânico atingiu profundamente aos Tikuna e ao seu modo de vida" (Oliveira Filho, 1977, já citado, fl. 70). O centro deste movimento era o Irmão José, figura humilde que trajava uma túnica de frade, e tendo pregado pelo Peru (apesar de nascido em Minas Gerais) já se tinha tornado conhecido em toda a região. O Irmão José anunciava o fim do mundo como estando próximo, e que só se salvariam aqueles que se reunissem em torno da Cruz, arrependendo-se de seus pecados e seguindo seus mandamentos. A Ordem da Cruzada Apostólica Evangélica, ou Movimento da Santa Cruz, como ficou conhecido, atingiu indiscriminadamente aos Ticuna e aos brancos "brancos" moradores da região. A disciplina imposta por esta religião, que acreditava haver uma grande decadência dos costumes e que os padres haviam perdido o verdadeiro significado da palavra de Cristo, permitiu aos patrões contornar a grave crise econômica e de autoridade pela qual passavam. Estes apoiaram a entrada do Irmão José na área, combatida pela Prelazia do Alto Solimões que pressionava autoridades militares neste sentido (Oliveira Filho, já citado, 1977: 70 -74). Por toda a região, até o Rio Içá, espalharam-se igrejas desta seita, muitas vezes tendo o patrão como diretor. As crenças contidas neste movimento da Santa Cruz traziam consigo uma certa ideologia da integração do índio à sociedade nacional envolvente, principalmente através de um conjunto de proibições que enfatizava a importância do trabalho conjunto, do cumprimento de obrigações familiares, abolindo festas e bebidas alcoólicas (mesmo aquelas da tradição Ticuna), assim como a crença no pajé.

Poderíamos afirmar que nessa mesma década de 1970, um novo período começa a se configurar no alto Solimões, a partir do contato com outros atores sociais como o antropólogo João Pacheco de Oliveira Filho. A FUNAI, em 1974, passou a contar com uma nova situação. "A importância assumida pela Amazônia nos planejamentos governamentais se refletia na possibilidade de captação de recursos do Programa de Integração Nacional (PIN) para atender às populações indígenas que habitassem na área de construção da Transamazônica e Perimetral Norte. Isso daria ao órgão indigenista uma base econômica que lhe permitiria expandir e elevar qualitativamente seu nível de atuação no alto Solimões (Oliveira Filho, João Pacheco. O Projeto Tikuna: Uma Experiência de Ação Indigenista. Antropologia n° 34, Boletim do Museu Nacional, NS, Rio de Janeiro, Novembro de 1979: 13). A partir de finais da década de 70, os Ticuna começam a se organizar, superando faccionalismos, parte da própria tradição, e a se mobilizar no sentido de reivindicar seus direitos, dentre eles os relativos à terra. No final de 1981 as principais lideranças Ticuna convocaram uma reunião para a aldeia de Curpo Alegre, onde foi discutida a proposta de demarcação de suas terras, a qual foi encaminhada à FUNAI. Nesta reunião foi tirada também uma comissão para ir até Brasília apresentar ao Presidente a proposta ali debatida. Como resultado dessa pressão dos Ticuna, a FUNAI man-

Documentação

Doc (171-C), SI

C5/09/2col Pg 7-10

Class. 171/11(2)

dou, já no ano de 1982, um grupo de trabalho com o fim de identificar as áreas Ticuna nos municípios de Fonte Boa, Japurá, Marã, Jutaf, Juruá, Santo Antônio do Içá e São Paulo de Olivença.

Também em 1982 os Ticuna criam o Conselho Geral da Tribo Ticuna (CGTT), com a figura do coordenador geral, eleito em assembleias quadrianuais entre todos os capitães de aldeia. Foram ainda criadas pelo grupo outras organizações, além do CGTT, com o objetivo de lutar por certos direitos, a saber: a Organização dos Professores Ticuna Bilingües (OGPTB), criada em 1986 para atuar na área da educação, realizando cursos de reciclagem e formação dos professores, e a Organização dos Monitores de Saúde do Povo Ticuna (OMSPT), mais recentemente retomada com o nome de Organização dos Agentes de Saúde do Povo Ticuna (OASPT). Na década de 1990, ainda outras organizações foram criadas pelos Ticuna, das quais se destacam a Federação das Organizações e dos Caciques e Comunidades da Tribo Ticuna - FOCCIT, com funções similares às da CGTT. - FOCCIT, com funções similares às da CGTT

I.2 - Ocupação da TI. São Francisco do Canimari

A ocupação da localidade que chamam de São Francisco do Canimari, ou Canimaru, está intimamente relacionada à história de vida do Sr. Ermosis dos Santos, que veio morar na ilha Amatachiroveio, há pelo menos 44 anos atrás, morar na ilha Amatachiro, localizada defronte à aldeia e que é, em parte, território reivindicado pelos índios, há pelo menos 44 anos atrás. Antes disso, conforme relato do próprio Sr. Ermosis, já ali habitava um Ticuna, de nome Dorival, que se mudou para Campo Alegre (T.I. Évare I) por causa das saúvas. Além dele havia ainda na ilha outras famílias Ticuna como a do Ventura, do Ponciano (que teria se mudado para o Paraná do Pancla) e do Antero (que teria se mudado para Betânia). O senhor Ermosis, depois de morar por cerca de 05 anos na ilha, mudou-se para o lugar onde está hoje a aldeia de São Francisco do Canimari, tendo recebido a autorização do "patrão", o senhor Antonio Ramos, que seria o dono da terra, "dono da terra". Ao longo do tempo, este Ticuna (hoje com 79 anos, segundo seus documentos) criou seus filhos, netos e até bisnetos, construindo ainda laços de aliança através do matrimônio de seus familiares, conseguindo aglutinar em torno de si uma comunidade de 75 habitantes, todos praticamente da família "dos Santos". Temos ainda, segundo dados coletados em 1999, que o Sr. Pedro Barbosa, filho de Nicanor Barbosa, nasceu em 01/04/1941 no local São Cristóvão, que fica dentro da área identificada e delimitada, nas proximidades do seu limite leste, à margem do Paraná do São Cristóvão. Dos processos da FUNAI, destacamos, quanto à ocupação da área: a) em um trecho do relatório da antropóloga da FUNAI, Silvia Tafuri, sobre a TI. Vui-Uatá-In datado de agosto de 1988, a autora fala na existência de "lotes particulares", com licença de ocupação do INCRA, entre as aldeias de Nova Itália e Umarirana, que encontram-se habitados por "(...) famílias TUKUNA - detentores do LO e algumas famílias de não-índio agregadas, onde desenvolvem-se atividades agrícolas e pecuárias (...)". Essas famílias, acreditamos se tratar dos atuais moradores de São Francisco e do Sr. Francisco Batalha e seu irmão (cujo pai era índio Ticuna), e que têm ainda hoje uma licença de ocupação de área contígua à terra indígena estudada; e b) no mapa de delimitação da TI. Vui-Uatá-In, datado de junho de 1982 e, portanto, realizado a partir do GT de identificação coordenado pela também antropóloga da FUNAI, Maria Auxiliadora Sá Leão, há uma representação de malocas indígenas na ilha Amatachiro, que também é parte da terra ora proposta. Assim, o tempo de ocupação pelos índios Ticuna da área identificada e delimitada pelo relatório ora resumido, é de pelo menos cinquenta e sete anos - completados em 1998 - podendo mesmo ser maior, dependendo da antiguidade da ocupação daqueles que moravam na ilha Amatachiro quando da chegada do Sr. Ermosis. Aliás, este informante chegou a afirmar a Fábio Vaz de Almeida que, quando seu pai morreu, há cerca de setenta anos, sua sogra já morava na referida ilha.

Os Ticuna têm por tradição a migração para outras aldeias ou, mais eventualmente, para lugares novos, resultante de várias causas, como faccionalismo interno, movimentos de cunho messiânicos, busca de escola para os filhos e melhores condições de vida. As migrações de indivíduos, famílias ou grupos entre os Ticuna não podem ser caracterizadas como práticas de secessão, vez que os que se mudam continuam, de alguma maneira, referenciados ao Évare, seu território mítico, a preservar os usos, costumes e tradições Ticuna, relacionando-se cultural e fisicamente com a aldeia de origem.

Pelo tempo de ocupação da área, pelas condições oferecidas pelo local e pelas expectativas explicitadas aos técnicos do GT pelos habitantes da aldeia São Francisco do Canimari, não há nenhuma evidência de abandono ou mesmo mudança da aldeia. Ao contrário, a esperança manifestada pela comunidade é a de que a aldeia venha crescer em breve com a chegada de novos moradores.

II PARTE - HABITAÇÃO PERMANENTE

Desde a época da passagem de Nimundajú pelo alto Solimões, no início da década de 1950, as moradias Ticuna são majoritariamente idênticas àquelas típicas da população regional, ou seja, retangulares, fechadas com paredes de madeira e suspensas sob estacas de madeira mais nobre para evitar a alagação. A cobertura ainda é, em numerosos casos, de palha, principalmente a da cozinha. Contudo, a quantidade de telhados feitos de materiais comerciais aumentou bastante se comparado às descrições realizadas nas décadas de 70 e 80. Encontram-se, ainda nos dias de hoje, algumas habitações sem as paredes como as descritas pelo etnólogo alemão. Estas, além de abrigar uma família, podem servir para a realização das suas festas tradicionais. As casas de reunião, construídas em diversas aldeias, sempre com o objetivo de serem utilizadas por um grande número de pessoas simultaneamente, também apresentam essa característica.

A aldeia São Francisco do Canimari, situa-se em terreno alto e seco, à margem direita do Paraná do São Cristóvão. Compõe-se de 14 casas de residência com seus terreiros, em estilo regional, uma casa de culto, uma escola e um campo de futebol. Em termos atuais, esta disposição das construções obedece aos critérios tradicionais Ticuna para a localização das construções das aldeias do grupo.

Por se tratar de uma aldeia relativamente antiga, e com a presença de uma família que ao longo dos anos costurou fortes laços de aliança política e conseguiu manter uma certa unidade após os casamentos, evitando a dispersão, São Francisco do Canimari é o local de nascimento de grande parte dos moradores para os quais obtivemos informações.

A localização da aldeia São Francisco do Canimari atende aos padrões atuais de localização das aldeias Ticuna que, a grosso modo, são caracterizadas por: a) localizar-se próxima a um pequeno curso d'água que possa fornecer água para consumo e banho da população, limpeza geral dos utensílios domésticos, lavagem de roupa, irrigação de algumas plantas. A aldeia localiza-se próxima a um dos afluentes do Igarapé Ceilão e dele se serve; b) situar-se o mais próximo possível de um curso d'água ou lago que possa ser fonte permanente de peixes e bicho de casco, que atualmente são a base da alimentação do grupo. Além do rio Solimões, conta a aldeia São Francisco do Canimari com os lagos Arara e Ararinha, ambos localizados na parte da ilha Amatachiro que compõe a Gleba "B" da terra identificada e delimitada; c) ser acessível por via aquática. O canal do São Cristóvão liga a aldeia ao rio Solimões e, portanto, a todas as cidades e localidades da região; d) ser local não inundável. Como visto, a aldeia se situa em local alto e seco; e, e) situar-se em local de fácil acesso às áreas de roças, caça, coleta e pesca. Da aldeia São Francisco se acessa com facilidade toda a extensão da área de terra firme e a ilha Amatachiro.

III PARTE - ATIVIDADES PRODUTIVAS


Além das atividades voltadas para a subsistência, os Ticuna envolveram-se, ao longo dos séculos, em várias atividades voltadas para o mercado externo. Atualmente, os habitantes de São Francisco do Canimari - assim como quase todos os demais Ticuna - produzem uma gama de produtos, não apenas para si, mas também para a venda nos mercados regionais, especialmente na cidade de Amaturá. Cada família Ticuna possui sua roça, considerando-a sua propriedade. Diferentemente da propriedade da roça, não há nessa área propriedade da terra, nem mesmo a propriedade coletiva. Nas roças da família trabalham, em geral, o pai, sua esposa e os filhos mais velhos que ainda não forem casados. Além da mão-de-obra familiar, os Ticuna contam com uma outra ajuda na agricultura, que advém da parte de parentes e amigos, através dos ajuris. Estes são estruturados dentro dos grupos vicinais, e são realizados com frequência em todas as aldeias. Em um ajuri, o dono da roça é responsável pela comida e bebida dos seus convidados. Ele prepara o pajuaru, bebida fermentada feita de mandioca ou macaxeira, e providencia peixe e farinha para todos os participantes. Ao terminar o serviço, os participantes vão à casa do dono do ajuri onde passam a noite em cantos e danças.

Os instrumentos agrícolas utilizados pelos Ticuna são basicamente o terçado, o machado, a enxada e o forno de torrar farinha com seus apetrechos. Cada pessoa economicamente ativa da casa possui geralmente seu terçado para trabalhar na roça. São comprados nos regatões ou nas cidades vizinhas, no caso de São Francisco do Canimari do Canimari, principalmente em Amaturá. Alguns machados e fornos de farinha foram ganhos da FUNAI, estando já bastante usados e velhos. Pequenos comércios, instalados na própria aldeia por moradores com mais recursos, e que vão mais vezes à cidade, também fornecem os instrumentos necessários à produção, principalmente o terçado.

A agricultura em São Francisco do Canimari é praticada nos roçados localizados em área de terra firme e, em menor escala, na área de várzea da ilha Amatachiro. As roças de terra firme têm prolongada dimensão temporal, por não enfrentar o problema das enchentes, permitindo o cultivo de plantas de ciclos mais longos, como o maracujá, bananeira, mamão, cará, abacaxi. Representa um espaço de trabalho familiar, podendo ser considerada uma "extensão da casa", o que poderia explicar a construção da cozinha do roçado.

Local que serve de abrigo durante os trabalhos de confecção de comida e fabrico de farinha de mandioca. Em geral, todas as famílias têm mais de um roçado, variando entre 0,5 e 2,0 ha, nos quais plantam mandioca para a fabricação de farinha, principal produto agrícola comercializado pelo grupo, através da venda direta a terceiros, ou troca com outros Ticuna das terras vizinhas. Planta-se também, além dos produtos citados, macaxeira, melancia e milho, inhame, cana de açúcar. Além destes produtos da roça, podemos ainda citar algumas frutas como a pupunha, o mapati, o açai, o abiu, o buriti, o cupuaçu e outras fruteiras, que são, senão raramente, são raramente plantadas. Estas frutas estão comumente localizadas nas capoeiras, antigas roças deixadas em pousio, que apresentam uma riqueza excepcional e que têm um papel fundamental no sustento da família Ticuna.

Assim como as roças, também as capoeiras são áreas de produção e de propriedade particular, pertencendo ao dono do antigo roçado da qual originou. Nas capoeiras, os Ticuna realizam um interessante manejo da vegetação perene que foi plantada junto com as espécies atuais do roçado, ou que foram preservadas ali quando da derrubada da mata. Ali, conforme afirma em seu relatório o ambientalista do GT, Deusimar Brasil, encontram-se principalmente frutíferas, mas também plantas medicinais, condimentos, plantas usadas na confecção de artesanato. Nessa área o modelo de produção em capoeiras é muito desenvolvido e representa um ótimo local para estudos sobre a compreensão deste sistema produtivo. Deusimar identificou noventa e quatro espécies vegetais diferentes nas capoeiras

INSTITUTO	
	
Documentação	
MEIO AMBIENTAL	
Fonte	DOU
Data	05/09/2001 Pg 9
Class.	TC0141(4)

Ticuna das quatro áreas por ele visitadas. Também o quintal tem grande importância na economia doméstica Ticuna. Ele difere da capoeira pela quantidade de vezes em que é limpo e por ser, em geral, formado e mantido pelas mulheres. Em termos de espécies, um quintal não é caracterizado por uma grande diversidade. diversidade.

Outras atividades de plantio e extrativismo têm menor importância na economia Ticuna, como o cultivo de plantas medicinais - de grande significado simbólico e cultural - e o extrativismo animal, excetuadas daí a pesca e a caça.

Mesmo não sendo a área muito rica em pescado, a pesca é uma das principais atividades do grupo e sua mais importante fonte de proteína. O esporádico pescado não consumido é vendido em Amaturá e nos frigoríficos flutuantes localizados nas comunidades próximas. A pescaria é, entre os Ticuna, um trabalho dos homens. Todos os garotos começam a ir pescar, primeiro com o pai, mais tarde, sozinhos. A pesca conjunta é muito rara, mesmo entre moradores da mesma casa. Alguns poucos informantes disseram praticá-la quando vão pescar mais longe. A quase totalidade dos entrevistados afirmou que dá peixe para os amigos e parentes, membros de seu grupo vicinal, quando chega da pescaria com mais do que necessita. É através deste mecanismo de reciprocidade que o Ticuna obtém o peixe no dia em que não vai pescar.

A grande maioria dos Ticuna costuma pescar de caniço e flecha, e os melhores locais para a pesca são: os lagos Arara e Ararinha, localizados na ilha Amatachiro; uma ressaca de cerca de 2 km, Km, também localizada na mesma ilha; o rio do Solimões; o Paraná do São Cristóvão; os igarapés Macawa e Bica-Flor. Além dos citados instrumentos de pesca, alguns Ticuna costumam utilizar ainda o arpão, a linha comprida e, em menor escala, o espinhéu, a poita, a malhadeira e a tarrafa. Os principais peixes capturados pelos pescadores de São Francisco do Canimari são: bodó; curimatá, pacu, piranha, aruanã, traíra, sardinha, bico de pato, mandim, branquinha, cará. O tambaqui, o tucunaré, a pescada, o jaraqui e a matrinxã, embora sejam os mais apreciados são escassos e os mais procurados pelo comércio de pescado da região. Os peixes de couro, ou peixes lisos como são chamados na região, como o jundiá, a pirarara, a dourada e o surubim, pouco valorizado para o consumo do grupo, tem mercado junto aos barcos frigoríficos que os revendem em Letícia na Colômbia. Não há um consenso entre eles sobre qual seria a melhor época do ano para a pesca. Há, entretanto, alguns peixes que não foram citados senão no verão, sendo provável que isso se deva à época do ano ser mais propícia. O ambientalista Deusimar Brasil identificou 136 espécies vegetais entre as utilizadas pelos Ticuna, direta ou indiretamente, através da relação trófica com peixes e animais.

A situação de relativa escassez de pescado em São Francisco do Canimari, atestada pelo por Deusimar Brasil em seu relatório ambiental, em contraste com a encontrada na TI. Maraitá, que lhe é congêua, pode ser explicada pela inexistência nesta de pesqueiros numerosos e pela sobreexploração, por índios e não-índios.

A caça não seletiva é, ainda, uma atividade cotidiana, praticada pelos homens e destina-se à captura de animais para o consumo doméstico. É praticada com o uso de arma de fogo, arpão e as próprias mãos quando na captura de bichos de casco, sendo identificadas quarenta e duas espécies diferentes de animais caçados. As caçadas são feitas em todos os ambientes, sendo as áreas de recursos florestais cevas naturais para caça, constituindo as trilhas de caça varadouros de deslocamento nas atividades de coleta. Os principais animais caçados são: cotia, paca, aves diversas, quati, queixada, porquinhos, tartaruga, tatu, macacos diversos. As caçadas são praticadas, em terra firme, firme, principalmente na área limítrofe à TI. Vui-Uatá-In, nas áreas de várzeas, igarapés e margens dos igarapés Macawa e Pica-Flor, onde existem buritizais e açazais, assim como nos lagos e ressaca da ilha Amatachiro.

A coleta de produtos vegetais, que no geral é praticada por todos os habitantes da aldeia, ocorre, de maneira geral, em toda a extensão das matas de terra firme e nas várzeas, ou seja, em todos os ambientes da TI. São Francisco do Canimari. É comum ocorrer grande concentração de algumas espécies em determinado local, constituindo importantes unidades de recursos. Tais locais são ligados por varadouros bem conservados, chamados de varadouro mais o nome do recurso ao qual acessa. Neles são freqüentes as construções de acampamentos que servem para abrigo, depósito e trabalhos diversos. Os produtos de coleta são obtidos a partir de quase todas as partes das plantas, aproveitando-se folhas, flores, frutos, sementes, fibras, casca, entrecasca, partes lenhosas, raízes, exudações. Os produtos mais explorados para alimentação - consumo do grupo ou venda - são: abiorana, açai, bacaba, bacuri, buriti, cacau, castanha, cupuf, ingá, patoá, sapota, tucumã. Temos, ainda, a coleta de produtos diversos para remédio, material para construção de casas, embarcações, artesanato e instrumentos para utilização em festas e rituais.

A diminuição das fontes de proteína animal, advinda, sobretudo, da caça e pesca predatórias, tem levado os Ticuna desta e de muitas outras terrasáreas a buscar fontes alternativas para supri-las, assim como para conseguir parte dos recursos necessários a aquisição de produtos industrializados e que hoje lhes são imprescindíveis. Daí, criam, soltos na aldeia, galinhas, patos e porcos, que são vendidos na cidade de Amaturá ou para os regatões que passam na aldeia. São criações familiares e em pequenas proporções.

IV PARTE - MEIO AMBIENTE

"Segundo a classificação de Koppen, a área desta Gleba (na qual se localiza da TI. São Francisco do Canimari, com suas duas glebas) está caracterizada como pertencente ao grupo climático A (Clima Tropical Chuvoso), com o tipo f (floresta). Este grupo Af possui no mês mais frio temperatura superior a 18° C, a precipitação

anual apresenta-se maior que 850 mm, com mais de 60 mm pluviométricos no mês mais seco. No geral a temperatura varia de 24° e 26° C e a umidade relativa do ar está entre 85 e 90% (Proc. INCRA/Coord. Regional Norte, nº 130/82, fl. 08).

Segundo o relatório do ambientalista Deusimar Brasil, o meio ambiente ocupado pelos Ticuna possui dois ecossistemas gerais: várzea e terra firme, diferenciados em sua origem e propriedades naturais. Do ponto de vista espacial e regime de cheias dos rios da região, a várzea representa áreas inundadas periodicamente pelos rios de água branca; a terra firme é um platô entre 60 e 100 m de altitude e suas encostas, recortado por uma densa rede de igarapés. Esta última unidade de paisagem, ainda que não seja tão superior em extensão à outra (várzea), é a predominante, dada a sua grande significação na subsistência física e cultural do grupo. Nela estão as casas de moradia de todos os habitantes da área, e as atividades de subsistência ali praticadas são mais diversificadas e contínuas, uma vez que as inundações não a atinge significativamente.

As afirmações de Deusimar Brasil nos indicam que, Fisiomorfoclimática e estruturalmente, a mata de terra firme é aparentemente uniforme em toda região. Classifica-se em três sub-tipos, dependendo da densidade de plantas e presença ou não de palmeiras. No seu interior, geralmente misturam-se em diferentes níveis não só as plantas próprias de sub-bosque, como as de grande porte que continuam crescendo dentro da mata, disputando luz com as outras, numa competição para alcançar o dossel da floresta. A variedade de espécies é enorme. Em alguns locais ocorre grande concentração de determinadas plantas, constituindo importantes unidades de recurso; a exemplo: caranazal, castanhal, buritizal, açazal, recursos lacustres, entre outros. O caranazal e o castanhal estão localizados somente no igarapé Bica-flor, resultando principalmente da importância da inclusão deste local na delimitação da área. Em face da parte sul da área limitar-se com a TI. Vui-Uatá-In, bem preservada, é onde há maior abundância de caça. Os dois únicos lagos da terra indígena estão na ilha Amatachiro e são primordiais para o suprimento de proteína animal ao grupo.

Os recursos oriundos do extrativismo vegetal estão distribuídos nos vários tipos de cobertura florestal existentes na região, entre os quais destacam-se: (a) matas de terra firme - mata densa, mata aberta com palmeira, mata densa sem palmeira; (b) mata de várzea e igapó. Fazendo parte destas unidades de paisagem, encontram-se os ambientes aquáticos, entre eles: igarapés, rios, paranás, e lagos, que no contexto do extrativismo vegetal funcionam com áreas de circulação, juntamente com os varadouros e caminhos de caçadas.

São Francisco do Canimari nos parece ser das mais impactadas das mais impactadas terras indígenas Ticuna. Os ambientes pesqueiros, tão importantes na sua alimentação, são poucos e divididos com ribeirinhos e moradores de Amaturá. A situação se agrava em face da pesca predatória e do quadro de conflito latente. A exploração de madeira-de-lei na parte de mata foi intensa no passado e continua no presente, configurando uma baixa densidade atual de espécies utilizadas tradicionalmente nas construções do grupo. A palha para cobertura das casas é somente encontrada na região do igarapé Bica-Flor, sendo explorada conjuntamente com os ribeirinhos, tornando comum a obrigação de aquisição de telhas de alumínio para cobertura de casas na aldeia.

A capoeira é uma unidade de paisagem remanescente do roçado, ou seja, é um espaço de manejo da vegetação que se foi implantada juntamente com as espécies anuais do roçado. As fruteiras representam sua composição florística básica, mas encontram-se plantas de usos variados, a saber: medicinal, condimento, artesanato, construção de casa, tintura, veneno, lenha, atração de abelha e de animais diversos. São de grande importância na subsistência do grupo. O quintal é uma unidade de paisagem adjacente à casa de moradia, constituindo-se num espaço de manejo de recursos de origem vegetal e animal. É de grande importância na economia doméstica, pois é a unidade de paisagem de primeira abordagem no fornecimento de alimentos e remédios.

V PARTE - REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL

Para Meillassoux, o parentesco aparece como institucionalizador e regularizador da reprodução social, principalmente através da mobilização ordenada dos meios de reprodução humana (Meillassoux, Clode. Femmes, Greniers & Capitaux. Paris, Francois Maspéro, 1975: 7-81). Neste sentido, a investigação dos mecanismos de funcionamento dos grupos vicinais Ticuna, onde se dão prioritariamente as trocas matrimoniais e a solidariedade econômica e cerimonial (partilha de alimentos, ajuda nas atividades produtivas e cerimoniais etc), ganha importância para a análise aqui pretendida. No plano econômico estes grupos vicinais almejam a auto-suficiência frente ao restante da aldeia. O valor primordial para a manutenção deste grupo vicinal é o desejo de todo Ticuna de se tornar independente tanto do branco "branco" quanto dos outros a quem não se considera estreitamente ligado.

A organização social dos Ticuna é descrita como composta por grupos de descendência, cujo pertencimento se dá por linha paterna. Esses grupos foram caracterizados por R.C. de Oliveira e C. Nimuendajú como clãs, e podem ser agrupados em metades exogâmicas onde de um lado temos as nações com pena (arara, mutum, maguari etc.) e de outro as nações sem pena (onça, buriti, sativa, etc.) (Oliveira, já citado, 1988: 88-89). Sua origem é contada no mito Ticuna que descreve a criação do mundo.

Desde o passado mais remoto que se tem notícia, a sociabilidade Ticuna era realizada de modo mais usual dentro de uma micro-sociedade representada pela maloca de uma nação. Estas eram, segundo Nimuendajú, as habitações tradicionais dos Ticuna. Caracterizavam-se pelas suas grandes dimensões, pelo formato circular,

com uma área central retangular, pelo fato de serem encontradas isoladas e por se tratar de moradia de mais de uma família. Segundo João Pacheco de Oliveira Filho, os seringalistas pressionaram para a moradia à extração racional da seringa. "Ao longo dos igarapés foram abertas diversas estradas de seringa, que apenas podiam ser trabalhadas com proveito pelos componentes de unidades menores que o antigo clã, por pequenos segmentos desse e até mesmo por famílias nucleares" (Oliveira Filho, já citado, 1988:122).

O grupo vicinal, formado e mantido no tempo por uma liderança forte, advinda do carisma pessoal, hereditariedade, obediência a rituais Ticuna e de uma grande parentela, é fundamental na organização sócio-cultural desse povo. O líder vicinal (toeru) tem como funções a organização do grupo para trabalhos coletivos, como já exposto, o aconselhamento dos chefes de família a ele ligados, além de representar o grupo na comunicação com estranhos e "civilizados". Os limites do poder deste líder são evidentes na sua completa impossibilidade de se intrometer em assuntos privados de qualquer casa de seu grupo que não seja a sua própria. Como afirma Oliveira Filho: "Dentro de sua casa e nas questões relativas aos membros de suas famílias, esse chefe de família tem reconhecida uma enorme autonomia. Por sua condição de parentes diretos, os membros do grupo vicinal podem executar diversas atividades em comum, bem como tentar resolver solidariamente algumas questões surgidas no relacionamento social de seus membros (internamente ou desses com pessoas de fora). Em todos esses contextos o líder do grupo local (toeru) pode intervir - tal como o fazem outros chefes de família (inatli) - no sentido de favorecer a articulação das atividades ou a solução de pendências. O seu sucesso depende primordialmente de suas próprias habilidades (que lhe garantem um alto prestígio) e de sua capacidade de influência e persuasão, características essas partilhadas, no entanto, com outros elementos do grupo vicinal (entre os quais ele tende a destacar-se mais)". (Oliveira, já citado, 1988: 207).

As organizações indígenas criadas com fins diversos pelo grupo, embora de grande significação interna e externamente ao grupo, em nenhum momento pretenderam substituir as relações de poder tradicionais daquela sociedade. Mesmo a figura do capitão geral não está em oposição ao toeru. Não disputa sequer o mesmo espaço de poder que, para este último, é o interior de seu grupo vicinal. O capitão geral é, como acontece com o capitão da aldeia, um representante "para fora", mais do que uma liderança "para dentro".

De qualquer forma, conhecer estas lideranças, seus papéis-papéis e sua importância parece ser fundamental para o desenvolvimento futuro de qualquer atividade junto aos Ticuna, na medida em que podem convencer os membros de seus grupos a acompanhá-los, além do possível êxito de seu grupo ter reflexos bastante positivos no engajamento dos demais moradores da aldeia através de um efeito demonstrativo.

A terra identificada e delimitada pelo relatório ora resumido apresenta as condições mínimas para que os Ticuna que ali vivem possam subsistir e perpetuar física e culturalmente, permitindo a continuidade das relações com outros grupos Ticuna ou não, assim como com segmentos da sociedade nacional, dos quais dependem em muito para subsistir.


VI PARTE - LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO

Os levantamentos procedidos pelos técnicos do GT, encarregados da questão, conforme Processo FUNAI/BSB nº 3013/99., indicaram não existir ocupações não-indígenas na área identificada e delimitada como TI. São Francisco do Canimari, nem benfeitorias de terceiros não-índios edificadas dentro de seu perímetro. Também nas pesquisas realizadas nos cartórios da região não foi encontrado qualquer título incidente sobre a área, mas apenas um título sem cadeia dominial, pouco esclarecedor, em nome de Antonio Neuton Ramos de Sá. Este título não permite configurar, com exatidão, sua localização e suas confrontações não indicam os acidentes geográficos existentes no local, como o Canal do São Cristóvão, sendo de observar ainda que os confrontantes citados no registro não são os dessa terra indígena.

VII PARTE - CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO

Os limites da TI. São Francisco do Canimari, conforme mapa e memorial descritivo a seguir, composta por duas glebas (Gleba 1 - 1603 ha e Gleba 2 - 1.430 ha) que juntas perfazem uma superfície de aproximadamente 3.033 há, não foram visualizados visualizados em seu conjunto de uma só vez. Foi-se-foi-se configurando aos poucos. Deu-se na medida em que: I) se compreendia e se configuravam objetivamente: a) o uso histórico da região e da área pelos Ticuna dessa e de outras áreas indígenas das proximidades; b) os usos que a comunidade fazia das áreas reivindicadas; c) a relação com os habitantes das TIs. Maraitá e Vui-Watá-In; Vui-Uatá-In; d) a imprescindibilidade das áreas reivindicadas para a preservação dos recursos ambientais necessários ao bem estar do grupo e à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições; e II) a comunidade indígena, os confrontantes e as autoridades municipais refletiam sobre o tema.

Quanto à gleba 1, que compreende parte da ilha Amatachiro, temos como determinantes básicos dos limites configurados no mapa e memorial descritivo em anexo, o fato de que: a) nela residiram comprovadamente pelo menos duas das principais famílias Ticuna atualmente morando na área de terra firme e que são as famílias das quais se originou a maior parte da população dessa terra indígena; b) os Ticuna utilizam dos recursos naturais do local, que é única área de várzea dessa terra indígena, especialmente por contar com os lagos Arara e Ararinha e uma ressaca ali existente, que são os principais locais de pesca do grupo, especialmente no período das secas; c) trata-se de uma área que é utilizada para cultivos de ciclo curto, como

INSTITUTO	
	
Documentação	
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	DOU
Data	05/09/2001 Pg 10
Class.	103.4/10

milho, melancia, abóboras diversas; d) o limite norte dessa gleba, compreendido entre os Pontos P-01 e P-02, confronta com a TI. Maraitá, habitada também por índios Ticuna, com os quais se relacionam e mantêm contatos frequentes; e e) se trata de uma área de várzea de grande significação também para os não-índios, que residem nas proximidades e que utilizam de parte da ilha, daí porque o limite leste, compreendido entre os Pontos P-02 e P-03, e o limite oeste, compreendido entre os Pontos P-01 e P-02, serão linhas retas e não acompanharão o contorno da ilha.

Quanto à Gleba 2, correspondente a área de terra firme, numa visão sucinta temos que os limites ora identificados e delimitados, conforme mapa e memorial descritivo a seguir podem ser assim explicitados: o limite norte, que compreende o trecho entre os pontos P-01, P-02 e P-03, foi definido tendo em vista: a) contar com pontos de amarração seguros e inconfundíveis que é o canal do São Cristóvão; b) garantir e proteger a única via de comunicação objetiva da comunidade e c) respeitar um limite estabelecido entre índios e não-índios já há vários anos; o limite leste, que vai do ponto P-04 até o ponto P-05, tem como justificativas básicas: a) permitir a não inclusão na terra indígena de ocupantes não-índios que estão radicados no local a muitos anos e que mantêm com os Ticuna da área, uma relação de mútuo respeito quanto aos territórios de ocupação tradicional do grupo; e b) proteger a região da margem esquerda do médio e alto igarapé Pica Flor e o igarapé Macawa, onde se localizam pesqueiros importantes, um caranazal fornecedor de palha para cobertura das construções diversas da aldeia e um castanhal de uso contínuo e intensivo para alimentação, além de madeiras diversas para construção de casas e canoas; o limite sul, que vai do ponto ME-15 ao ponto ME-13, limite demarcado da TI. Vui-Uatá-In, se justifica por ser: a) a principal área de caça; e b) por permitir a ligação física entre as duas terras indígenas; o limite oeste, que vai do ponto ME-13 ao ponto P-01, tem como significados notáveis, a proteção das cabeceiras de um dos formadores do igarapé Ceilão e a separação das áreas de uso dos Ticuna e dos moradores na localidade Ceilão, sendo justificando por: a) proteger os pequenos cursos d'água formadores de um dos braços do igarapé Ceilão, de uso intenso para consumo da aldeia, banho diários, abastecimento das casas das roças, pubagem de mandioca para farinhadas; b) possibilitar a continuação de respeito mútuo a limites já estabelecidos de a muito por índios e não-índios; e c) proteger grande parte das áreas agricultáveis da terra indígena e que vem sendo utilizada há vários anos.

Os estudos e levantamentos procedidos na área pelos técnicos do GT constituído pela Portaria nº 579/PRES/98, alterado pelas Portarias nº 639/PRES/98 e 1.102/PRES/99, evidenciam que a Terra Indígena São Francisco do Canimarí é de ocupação tradicional indígena Ticuna, nos termos do § 1º do art. 231 da Constituição Federal e Lei nº 6.001/73, e foram executados obedecendo, em todos os seus termos, ao disposto pela Portaria 239/FUNAI/91, Decreto nº 1.775/96 e Portaria nº 14/MJ/96.

NORALDINO VIEIRA CRUVINEL FABIO VAZ RIBEIRO DE ALMEIDA
DEID/DAF/FUNAI Universidade do Amazonas

Diretoria de Assuntos Fundiários - DAF
Departamento de Demarcação - DED
Memorial Descritivo de Delimitação
Denominação
Terra Indígena SÃO FRANCISCO DO CANIMARÍ
Aldeias Integrantes
São Francisco
Grupo Indígena
Tikúna
Localização
Município: Amaturá Estado: Amazonas
Administração Executiva Regional: Tabatinga
Coordenadas dos Extremos

Extremos	Latitude	Longitude
Norte	03°19'52" S	68°21'10" WGr
Leste	03°25'44" S	68°18'55" WGr
Sul	03°25'44" S	68°18'55" WGr
Oeste	03°23'01" S	68°21'20" WGr

Base Cartográfica

Nomenclatura	Escala	Órgão	Ano
SA.19-Z-C	1:250.000	DSG	1984

Dimensões

Superfície: 3.033 ha (três mil e trinta e três hectares) aproximadamente

Perímetro: 34 Km (Trinta e quatro quilômetros) aproximadamente

Descrição do Perímetro

GLEBA I: Superfície: 1.603 ha, Perímetro: 16 Km: NORTE: partindo do Ponto P-01 de coordenadas geográficas aproximadas 03°20'01" S e 68°21'20" WGr., localizado na Ilha Amatachiro, na margem direita do Rio Solimões, próximo da boca de um paraná sem denominação que divide as Ilhas do Pixé e Amatachiro, segue pelo referido paraná, a jusante, até o Ponto P-02 de coordenadas geográficas aproximadas 03°20'22" S e 68°19'23" WGr. LESTE: do ponto antes descrito, segue por uma linha reta até o Ponto P-03 de coordenadas geográficas aproximadas 03°22'24" S e 68°19'23" WGr., localizado na margem esquerda do Paranã do São Cristóvão. SUL: do ponto antes descrito, segue pelo Paranã do São Cristóvão, a montante, até o Ponto P-04 de coordenadas geográficas aproximadas 03°22'36" S e 68°21'20" WGr. OESTE: do ponto antes descrito, segue por uma

linha reta até o Ponto P-01, início da descrição deste perímetro. GLEBA 2: Superfície: 1.430 ha, Perímetro: 18 Km: NORTE: partindo do Ponto P-01 de coordenadas geográficas aproximadas 03°23'01" S e 68°21'20" WGr., localizado na margem direita do Paraná do São Cristóvão, segue por este, a jusante, até o Ponto P-02 de coordenadas geográficas aproximadas 03°23'05" S e 68°20'31" WGr. LESTE: do ponto antes descrito, segue por uma linha reta até o Ponto P-03 de coordenadas geográficas aproximadas 03°24'02" S e 68°20'31" WGr., daí, segue por uma linha reta até o Ponto P-04 de coordenadas geográficas aproximadas 03°24'02" S e 68°19'23" WGr., localizado na margem esquerda do Igarapé Pica Flor; daí, segue pelo referido iga-

rapé, a montante, até o Ponto P-05 de coordenadas geográficas 03°25'44" S e 68°18'55" WGr, situado na confrontação com a Terra Indígena Vui-Uatá-In. SUL: do ponto antes descrito, segue por uma linha reta até o Marco ME-15, de coordenadas geográficas 03°25'44,419" S e 68°19'00,970" WGr; daí, segue por linha reta, até o marco ME-13, de coordenadas geográficas 03°25'43,966" S e 68°21'13,269" WGr. No trecho compreendido entre o Ponto P-05 e o Marco ME-13, confronta-se com a Terra Indígena Vui-Uatá-In. OESTE: do ponto antes descrito, segue por linha reta até o Ponto P-01, início da descrição deste perímetro. Responsável técnico pela identificação dos limites: Zenildo de Souza Castro, Técnico em Agrimensura - AER/MAO.

